

Pedro Henrique Máximo Pereira  
(Organizador)

# ARQUITETURA E URBANISMO EM EVOLUÇÃO

TENDÊNCIAS E DESAFIOS

2

Atena  
Editora  
Ano 2024

Pedro Henrique Máximo Pereira  
(Organizador)

# ARQUITETURA E URBANISMO EM EVOLUÇÃO

TENDÊNCIAS E DESAFIOS

2

 **Atena**  
Editora  
Ano 2024

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora  
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /  
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Arquitetura e urbanismo em evolução: tendências e desafios 2

**Diagramação:** Ellen Andressa Kubisty  
**Correção:** Andria Norman  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Pedro Henrique Máximo Pereira

| <b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> |  |
|--|--|
| A772   | Arquitetura e urbanismo em evolução: tendências e desafios 2 / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.<br><br>Formato: PDF<br>Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader<br>Modo de acesso: World Wide Web<br>Inclui bibliografia<br>ISBN 978-65-258-2441-3<br>DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.413241204">https://doi.org/10.22533/at.ed.413241204</a><br><br>1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.<br><br>CDD 720 |
| <b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>  |  |

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



Apresentamos à comunidade e à sociedade o livro **Arquitetura e urbanismo em evolução: tendências e desafios**, volume 2, da Atena Editora. Composto por seis capítulos, o livro está organizado da seguinte maneira:






Os dois primeiros capítulos guardam afinidade por abordarem as cidades portuguesas. Neste enquadramento, as cidades de Évora e Setúbal estão em análise. As autoras tratam destas cidades a partir de sua dimensão morfológica e sob o signo da noção de crono-desenvolvimento do território urbano e da paisagem.

Os capítulos terceiro e quarto tratam da dimensão do processo de urbanização e seus impactos. Enquanto o terceiro trabalha a esfera da mobilidade a partir das políticas setoriais implantadas no Triângulo Crajubar, na Região Metropolitana do Cariri, Ceará; o quarto aborda o processo recuperação ambiental e mitigação de impacto nos assentamentos precários dos Bairros Cota, em Cubatão, São Paulo.

Os dois últimos tratam do território na escala do edifício. O quinto capítulo trata da Arquitetura Moderna voltada à área da saúde, em Porto Alegre, a partir do Edifício da Faculdade de Odontologia da UFRGS, do arquiteto Emil Bered. Por fim, o sexto, trata-se de um estudo sobre a utilização de contêineres marítimos para projetos educacionais no Estado da Paraíba, a partir dos parâmetros NZEB (Near Zero Energy Building) e da ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

Assim sendo, estimo às leitoras e leitores uma excelente apreciação deste conjunto de textos.

Pedro Henrique Máximo Pereira

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1 .....</b>   | <b>1</b>  |
| THE URBAN MORPHOLOGY OF CITIES IN THE FUTURE: ÉVORA AND SETÚBAL – PORTUGAL  |           |
| Maria do Céu Simões Tereno<br>Manuela Maria Justino Tomé<br>Maria Filomena Mourato Monteiro   |           |
|  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4132412041">https://doi.org/10.22533/at.ed.4132412041</a>   |           |
| <b>CAPÍTULO 2 .....</b>   | <b>14</b> |
| CRONO-DESENVOLVIMENTO DO QUADRANTE NOROESTE DA CIDADE DE ÉVORA (PORTUGAL): A IMPLANTAÇÃO DE DUAS CASAS RELIGIOSAS COMO FATOR POTENCIADOR DE NOVO TECIDO URBANO                        |           |
| Maria Filomena Mourato Monteiro<br>Maria do Céu Simões Tereno   |           |
|  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4132412042">https://doi.org/10.22533/at.ed.4132412042</a>   |           |
| <b>CAPÍTULO 3 .....</b>   | <b>29</b> |
| ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MOBILIDADE URBANA NO TRIÂNGULO CRAJUBAR: ESTUDO DA ARTE   |           |
| Walisson Kelvin Pereira da Silva<br>Cássio Félix do Prado<br>José Herbert Bezerra Pacheco<br>Maria Filomena Saraiva de Farias<br>Maria Regilene Gonçalves de Alcantara                |           |
|  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4132412043">https://doi.org/10.22533/at.ed.4132412043</a>   |           |
| <b>CAPÍTULO 4 .....</b>   | <b>40</b> |
| A EVOLUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E DA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E URBANA NOS BAIRROS COTA EM CUBATÃO-SP   |           |
| Alberto Alonso Lázaro   |           |
|  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4132412044">https://doi.org/10.22533/at.ed.4132412044</a> |           |
| <b>CAPÍTULO 5 .....</b>   | <b>53</b> |
| MODERNIDADE NA ARQUITETURA HOSPITALAR: ANÁLISE DE UM CASO EM EDIFÍCIO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE DA DÉCADA DE 1950   |           |
| Laís Bernardo Laghi<br>Ana Elisa Souto  |           |
|  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4132412045">https://doi.org/10.22533/at.ed.4132412045</a> |           |
| <b>CAPÍTULO 6 .....</b>   | <b>67</b> |
| CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL: PROPOSTA DE EXPANSÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES NA PARAÍBA UTILIZANDO CONTAINER E O CONCEITO NZEB  |           |
| Ivonete Borne<br>Tayene de Oliveira Pinto<br>Fabiano Salvadori  |           |

Oswaldo Hideo Ando Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4132412046>

**SOBRE O ORGANIZADOR.....90**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 91**

# CRONO-DESENVOLVIMENTO DO QUADRANTE NOROESTE DA CIDADE DE ÉVORA (PORTUGAL): A IMPLANTAÇÃO DE DUAS CASAS RELIGIOSAS COMO FATOR POTENCIADOR DE NOVO TECIDO URBANO

*Data de aceite: 01/04/2024*

### **Maria Filomena Mourato Monteiro**

Arquiteta – investigadora independente

### **Maria do Céu Simões Tereno**

Escola de Artes, Departamento de  
Arquitetura, Universidade de Évora,  
Colégio dos Leões  
Évora, Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-7997-6609>

**RESUMO:** Évora foi ocupada por povos com culturas e origens muito díspares: romanos, godos e, por último, em 715, muçulmanos. A religião cristã foi introduzida durante o período de ocupação romana, assumindo protagonismo e práticas diferenciadas. No início do século XVI a área urbana encontrava-se totalmente amuralhada e os antigos Arrabaldes integravam a nova malha urbana. Por razões defensivas permaneceram livres os espaços anexos à recém-construída muralha. As áreas ocupadas pelos complexos monástico-conventuais (de São Francisco, São Domingos, Santa Mónica, Santa Clara, Nossa Senhora do Paraíso, São João Evangelista, Santa Catarina de Sena, Nossa Senhora do Monte Calvário, Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora

do Carmo, Nossa Senhora das Mercês e São José da Esperança), foram sendo cada vez menores nas fundações mais recentes, devido à densificação progressiva do espaço urbano. A nível urbanístico contribuíram para o desenvolvimento de aglomerados urbanos iniciais caso dos Arrabaldes de S. Francisco e S. Domingos. O Convento de São Domingos de Évora foi fundado, em 1286 sendo o segundo complexo religioso urbano fundado na cidade. A fundação do Mosteiro de Santa Clara data de 1452. Este inseriu-se em espaço urbano já fortemente condicionado, contribuindo para a sua maior densificação. Esta ocupação teve grande influência no desenvolvimento da envolvente, concorrendo para o crescimento coeso da cidade, e posteriormente para o urbanismo resultante da implantação destas casas religiosas. As duas construções deixaram marca na configuração urbana da cidade, que se mantém atualmente. A análise carto-iconográfica permitirá acompanhar a evolução da cidade através de documentos coetâneos, bem como fundamentar a importância destas duas casas religiosas no desenvolvimento do quadrante noroeste da cidade. Este estudo pretende contribuir para a preservação da memória das

gerações que nos antecederam, o conhecimento e valorização dos vestígios remanescentes das antigas ocupações de cariz religioso, bem como da malha urbana onde se integram.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanismo; Malha Urbana; Património; Carto-iconografia.

## CHRONO-DEVELOPMENT OF THE NORTH-WEST QUADRANT OF THE CITY OF ÉVORA (PORTUGAL): THE ESTABLISHMENT OF TWO RELIGIOUS HOUSES AS A FACTOR IN THE DEVELOPMENT OF A NEW URBAN FABRIC

**ABSTRACT:** Évora was occupied by peoples with very different cultures and origins: Romans, Goths and finally, in 715, Muslims. Christianity was introduced during the period of Roman occupation, assuming a leading role and different practices. At the beginning of the 16th century, the urban area was completely walled off and the old Arrabalde integrated the new urban fabric. For defensive reasons, the spaces attached to the newly built wall remained free. The areas occupied by the monastic-conventual complexes became gradually smaller in the more recent foundations, due to the progressive densification of the urban space. In urban terms, they contributed to the development of the initial urban agglomerations, such as the neighbourhoods of S. Francisco and S. Domingos. The Convent of São Domingos in Évora was founded in 1286 and was the second urban religious complex founded in the city. The Santa Clara Monastery was founded in 1452. This was part of an urban area that was already heavily conditioned, contributing to its densification. This occupation influenced the development of the surrounding area, contributing to the cohesive growth of the city, and later to the urbanism resulting from the establishment of these religious houses. The two buildings left their mark on the city's urban configuration to this day. The carto-iconographic analysis makes it possible to follow the evolution of the city through contemporaneous documents, as well as to substantiate the importance of these two religious houses in the development of the north-west quadrant of the city. This study aims to contribute to the preservation of the memory of the generations that preceded us, the knowledge and valorisation of the remaining vestiges of the old religious occupations, as well as the urban fabric in which they are integrated.

**KEYWORDS:** Urbanism; Urban Fabric; Heritage; Carto-iconography

## ÉVORA E O QUADRANTE NOROESTE DA CIDADE

A cidade de Évora deve parte da sua imagem urbana à localização dos inúmeros mosteiros e conventos, construídos ao longo dos séculos, e à influência evidenciada pela população religiosa nela residente.

Na origem das primeiras fundações monástico-conventuais medievais está o facto de ser uma cidade relativamente importante, recentemente conquistada aos infiéis, e situada em território limite da Cristandade, o que aliciou particularmente alguns irmãos mendicantes que, seguindo o espírito apostólico e expansionista de Francisco de Assis, terão chegado a esta cidade<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Logo durante o Capítulo de Pentecostes, realizado pelos Frades Menores, no ano de 1217, estes organizaram as missões franciscanas, passando a estar a Itália e mais países divididos em províncias dirigidas por "ministros provinciais". Tratou-se da evolução natural da Ordem depois de em 1209 o papa Inocêncio III ter concedido a Francisco de Assis e aos seus companheiros "somente" o direito à pregação evangélica. Cf. Santos, Júlio Eduardo dos. (1925). *S. Francisco*

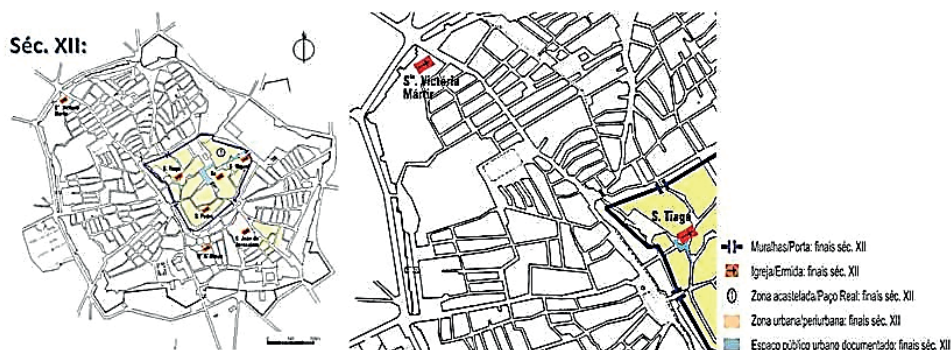
O facto de se situar num importante cruzamento de vias, numa região de comércio próspero e rodeada por campos de singular fertilidade justificou, em parte, a importância e o número de casas conventuais que aqui foram progressivamente fundadas.

O clima apetecível e a proximidade relativa a outros centros urbanos importantes tornaram-na simultaneamente em local de visita assídua da corte portuguesa, que ao longo dos séculos aqui permaneceu, por períodos mais ou menos longos.

Segundo a tradição, a referência mais longínqua que nos chega relativamente à religião católica na cidade de Évora, então ocupada por Roma, aponta para o ano de 38, durante o qual S. Manços terá por aqui passado, criando a primeira cadeira pontifical da Península Ibérica. Refere igualmente que a população que foi convertida à nova fé “foi por ele orientada a fazer uma vida eremítica na Serra de Ossa, que fica à vista de Évora; ali a começaram no ano do Senhor de 45”<sup>2</sup>.

Daquela época remota, do contacto entre a cidade de Évora e a nova doutrina, são escassos os documentos esclarecedores. Contudo, são inúmeras as provas desta religião monoteísta, logo a partir do terceiro século.

Durante os séculos VIII a XII<sup>3</sup>, com a invasão por povos muçulmanos provenientes do Norte de África, os núcleos urbanos, em especial as antigas cidades de ocupação romana, sofreram uma época de novo incremento económico.



Figs. 1 e 2 - Évora. Proposta de reconstituição da ocupação do espaço urbano em finais do séc. XII sobre planta da cidade do séc. XIX. Quadrante noroeste.

Fonte: Filomena Monteiro.

Assim que Évora entrou na posse dos cristãos, imediatamente D. Soeiro passou a assumir o lugar de bispo da cidade, assinando logo como tal ainda no ano da reconquista<sup>4</sup> [figs. 1 e 2].

de Assis, *Versão dos seus Poemas e Opúsculos, acompanhada de notas e de um Bosquejo da Vida, Obra e Ideal do Poverello*. Lisboa: Edições Ottografica. (pp. 47 e 74).

2 Cf. Fialho, Pe. Manuel. (1945). *Évora Ilustrada*. Évora: Edição Nazareth & Filho [manuscrito, datado 1707-1711, de FIALHO, Pe. Manuel, *Évora Cidade de Portugal Ilustrada*, B.P.E: vol. I, cód. CXXX / 1-8; vol. II, CXXX / 1-9; vol. III, CXXX / 1-10; vol. IV, CXXX / 1-V]. (p. 34).

3 Évora esteve sob poder muçulmano entre 715 e 1166.

4 À data, o território português encontrava-se dividido em sete dioceses, cujas sedes se localizavam respetivamente em Braga, Lisboa, Porto, Coimbra, Viseu, Lamego e Évora. Só mais tarde se restauraram outras duas, das antigas dioceses, transferindo os seus centros para a Guarda e para Silves.

O final do século XIII e seguintes foram, em Évora, para a Igreja cristã, o seu período de instalação plena e de enriquecimento, através de avultadas e numerosas doações régias. As ordens mendicantes, com a pobreza, humildade e até argúcia dos irmãos franciscanos e dominicanos terão, de maneira significativa, e de modo marcante, influenciado a cidade de Évora.



Fig. 3 e 4 - Évora. Proposta de reconstituição da criação de espaço urbano nos séculos XIII/XIV, sobre planta da cidade do séc. XIX. Quadrante noroeste.

Fonte: Filomena Monteiro.

A nível urbanístico contribuíram também para o desenvolvimento de aglomerados urbanos iniciais, que nalguns casos específicos tiveram como referência os respetivos conventos mendicantes, caso dos Arrabaldes de S. Francisco e S. Domingos [figs. 3 e 4].



Fig. 5 e 6 - Évora. Proposta de reconstituição da criação de espaço urbano no séc. XV, sobre planta da cidade, do séc. XIX. Quadrante noroeste.

Fonte: Filomena Monteiro.

Em finais do século XV o espaço amuralhado da cidade (107 ha) encontrava-se totalmente ocupado, embora com densidade construtiva variável, de acordo com a maior ou menor proximidade dos centros do poder então vigentes na urbe [figs. 5 e 6].



As áreas ocupadas pelos complexos religiosos cristãos (S. Francisco, S. Domingos e St<sup>a</sup>. Mónica, fundados durante os séculos XIII e XIV, St<sup>a</sup>. Clara, Paraíso e S. João Evangelista, durante o século XV) foram sendo progressivamente menores nas fundações mais recentes.

Até final do séc. XV foram fundadas na cidade seis casas religiosas: destas, duas localizaram-se no quadrante noroeste de Évora, o Convento de S. Domingos e o Mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara [figs. 7 e 8].

As áreas adstritas à judiaria e mouraria encontravam-se muito densificadas, obrigando a sucessivos alargamentos das zonas primitivamente delimitadas e à consequente construção de novas portas.



Figs. 7 e 8 - Évora. Vista poente da cidade. Iluminura do segundo foral da cidade datado de 1505. Vista global da cidade de Évora. Marcação do quadrante noroeste e das duas casas religiosas que desempenharam importante papel no desenvolvimento daquele quadrante.

Fonte: CME.

## CONVENTO DE S. DOMINGOS

O Convento de São Domingos de Évora foi fundado, segundo a crónica da respetiva Ordem, na sequência de outros cenóbios, nomeadamente em Alenquer, por volta de 1225<sup>5</sup>, Coimbra e Porto no ano de 1237 e Lisboa em 1241. Elvas e Guimarães, onde, embora já pregassem há 40 anos, só aceitaram sítio em 1270. Tuy, em 1282 e finalmente o de Évora em 1286<sup>6</sup> [fig. 9].

5 Embora mudado, após dois anos, deste local para Santarém, consultar Almeida, Fortunato de. (1967). *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vols. I-IV. Porto: Edições Portucalense.  
6 À data, já existiriam franciscanos em Évora há mais de sessenta e dois anos.

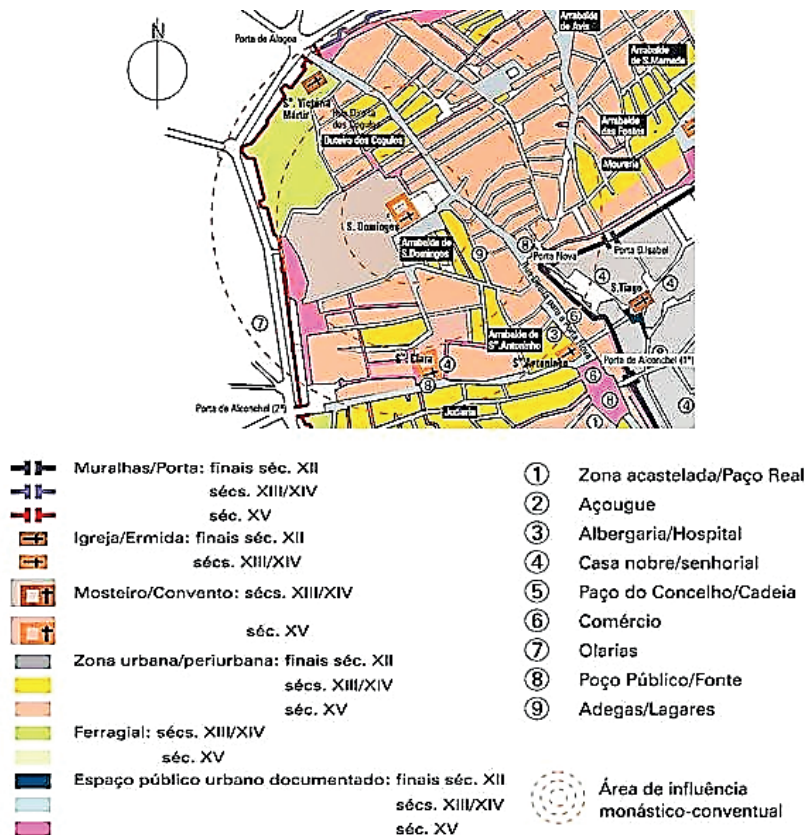


Fig. 9 - Convento de S. Domingos. Proposta de reconstituição da evolução urbana da envolvente sobre planta da cidade, do séc. XIX.

Fonte: Filomena Monteiro.

Foi nas imediações de uma antiga ermida evocativa de “Santa Victória, martyr” que os pregadores, de início, se acolheram, vivendo das esmolas e pregando à população. O seu primeiro prior foi Frei Domingos de Amarez, de origem espanhola<sup>7</sup>.

O local para a sua fixação foi facultado pela Câmara, que disponibilizou uma área fora da primitiva muralha defensiva. A respetiva autorização para a instalação foi concedida através de alvará, pelo rei D. Dinis, no qual recomendava os frades à cidade.

Em Évora deveram-se à pequena nobreza local os mais vultuosos donativos que permitiram o desenvolvimento das áreas de construção conventuais. Na verdade foram os eborenses, e não os monarcas portugueses, que proporcionaram o maior impulso a esta casa religiosa<sup>8</sup>.

7 Cf. Fialho, Pe. Manuel. Évora..., ob. cit. (p. 339).

8 Aliás a própria Igreja, logo no início das ordens mendicantes, solicitou um apoio especial por parte dos monarcas relativamente aos franciscanos, mais vulneráveis pelo seu modo de estar, prevendo que os dominicanos, através da sua pregação douta, facilmente iriam angariar fortes apoios nas camadas mais abastadas da sociedade.



Figs. 10, 11 e 12 - Proposta de limites. Vista de frente do local onde esteve inserido o Convento de S. Domingos. Vista posterior do conjunto e respetiva cerca.

Fontes: Filomena Monteiro. CME.

O local físico escolhido para a fixação dos frades foi do lado ocidental da urbe, em área próxima do espaço de circulação exterior que articulava as zonas Norte e Sul do território, e tendo na altura como pontos de ligação com o interior amuralhado, as portas de D. Isabel e primitiva de Alconchel. O seu afastamento retilíneo relativamente ao outro convento já existente na cidade, S. Francisco, foi de aproximadamente 550 metros. O posicionamento inicial era inequivocamente descentrado relativamente à intensa vida económica da cidade, que se prolongaria posteriormente, e progressivamente, ao longo da área adjacente à muralha, em direção a Sul e a Poente<sup>9</sup> [figs. 10 a 12].



Fig. 13 - Convento de S. Domingos. Planta com as áreas assinaladas do que restou do antigo convento dominicano.

Fonte: desenho base CME. Autoras.

<sup>9</sup> Foram aí sucessivamente localizadas ao longo dos séculos as olarias e respetivos locais de venda. As arcarias constituíam local especificamente destinados a produtos diversos quando da realização dos mercados. Em 1547 o sítio era já fortemente urbano, pelo que as mulheres do Recolhimento de Santa Marta, a escassos metros de S. Domingos, se viram forçados a mudar de local, dando origem ao Mosteiro de Santa Catarina, na impossibilidade física de ampliação da sua área de implantação. Sobre o Recolhimento de Santa Marta: Franco, Pe. Manuel. Évora..., ob. cit. (p. 364).

Do ponto de vista estratégico, constata-se que o espaço se encontrava relativamente afastado das torres defensivas da primitiva muralha, nomeadamente da Torre do Salvador, ainda hoje com acesso ao seu topo, ou das outras, atualmente já quase inexistentes e que obviamente pautavam o primitivo círculo amuralhado<sup>10</sup>. O facto de se posicionar este complexo conventual no quadrante Noroeste da cidade, logo mais protegido das investidas mouriscas que teoricamente partiriam de Sul e Este, e o facto de a construção do segundo círculo de muralhas se ter iniciado pela zona Norte, área mais desprotegida por parte do castelo defensivo, garantia maior abrigo a este convento.



Figs. 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 - Convento de S. Domingos. Algumas vista do exterior do conjunto, do interior antes das obras e após as mesmas.

Fonte: autoras.

Foi este núcleo religioso inicial que, através do saber e da pregação de alguns dos seus frades, mas também da bondade de outros, terá cativado a população. As numerosas doações ao convento são prova de tal facto<sup>11</sup>. O volume de bens recebidos por esta instituição, e que tinham de ser geridos, igualmente desencadeou uma economia que permitiu a alguma população da zona obter aí o seu sustento diário. Atualmente os vestígios das antigas edificações dão pontuais [figs. 13 e 14 a 20].

10 De referir a existência do antigo palácio acastelado dos Silveiras, antepassados dos Pestanas e que ocuparia o atual espaço dos edifícios dos CTT e dos Paços Municipais. A ele pertenceria a Torre do Salvador, assim como outra, fortificada, já demolida, em parte situada no espaço do edifício municipal. Existe memória escrita da demolição de tal torre, que foi extremamente difícil, podendo pressupor-se que a sua origem poderia ser romana, considerando a existência no mesmo espaço do hoje conhecido balneário romano. A área conventual dominicana estaria bem visível, e acessível a nível defensivo, pelo menos do alto dessas duas torres.

11 Logo no ano de 1294, Joana Fernandes doa, para encargos pios após a sua morte, casas situadas no Arrabalde de S. Mamede, mais especificamente na Rua do Poço do Bispo, logo numa área consideravelmente afastada do convento. A dispersão do património desta casa religiosa no meio urbano é assim patente poucos anos após a fixação dos frades. Tal facto irá certamente exercer influência marcante nos moradores que, direta ou indiretamente, passam a depender da instituição religiosa. Cf. Carvalho, Afonso de. (2004). *Da Toponímia de Évora, dos meados do século XII a finais do século XIV*, vol. I. Lisboa: Edições Colibri. (p. 80).



## MOSTEIRO DE SANTA CLARA

Entre 1265 e 1268 o papa Clemente IV “regulou” a distância a haver entre conventos ou mosteiros da mesma Ordem, ou de Ordens diferentes, sendo esta de aproximadamente 500 metros. Com a densificação das cidades esta distância rapidamente passou para metade.

No núcleo urbano de Évora, após as fundações de um complexo religioso franciscano no início do século XIII, foi instituída, passado mais de meio século, nova casa religiosa. O Mosteiro de Santa Clara foi fundado, no ano de 1452<sup>12</sup>, programado logo no início para oitenta monjas, seis anos após a coroação do muito jovem rei D. Afonso V, e por iniciativa do então bispo de Évora D. Vasco Perdigão, que para isso facultou na Rua de Alconchel (atual Rua Serpa Pinto) algumas construções arruinadas, pertencentes anteriormente ao paço dos Falcões.

As construções doadas, e à data sem condições de habitabilidade, mesmo para as monjas, só passados sete anos foram entregues à Segunda Ordem de S. Francisco, que, devido às diminutas verbas de que dispunha, só cinco anos depois é que concretizou a construção e consagração do templo primitivo<sup>13</sup>.

Tendo sido o primeiro mosteiro feminino institucionalmente fundado de raiz no núcleo urbano de Évora foi, desde o início, refúgio espiritual de diversas aristocratas que encontravam neste espaço condições de proteção e de recolhimento espiritual anteriormente inexistentes na urbe [fig. 21].

---

12 A primeira comunidade eborense de clarissas foi fundada, no mínimo, duzentos e vinte e oito anos após a fundação, aqui, do primeiro convento masculino franciscano. Do mesmo modo trinta e um anos após teve lugar a integração forçada da comunidade de “beatas”, que viviam perto de S. Mamede, na Ordem de Santo Agostinho, sob a proteção de Santa Mónica. Vigorava na cidade de Évora uma população religiosa feminina preponderantemente organizada em pequenas comunidades, sem subjugação a regras religiosas aprovadas e que contavam com a devoção popular, predominantemente feminina.

13 Doações avultadas foram efetuadas pelo bispo sucessor, D. Jorge da Costa, assim como pela realeza. Contudo, algumas das rendas atribuídas a esta fundação foram posteriormente desviadas para o Mosteiro de Santa Maria do Espinheiro, situado fora da urbe eborense, dificultando, e mesmo atrasando aquelas obras. Só com o bispo D. Afonso, filho de D. Manuel, é que no ano de 1533 se põe fim à questão das anteriores doações, feitas ao mosteiro das clarissas. Sobre o assunto: Fialho, Pe. Manuel. Évora..., ob. cit. (p. 317).

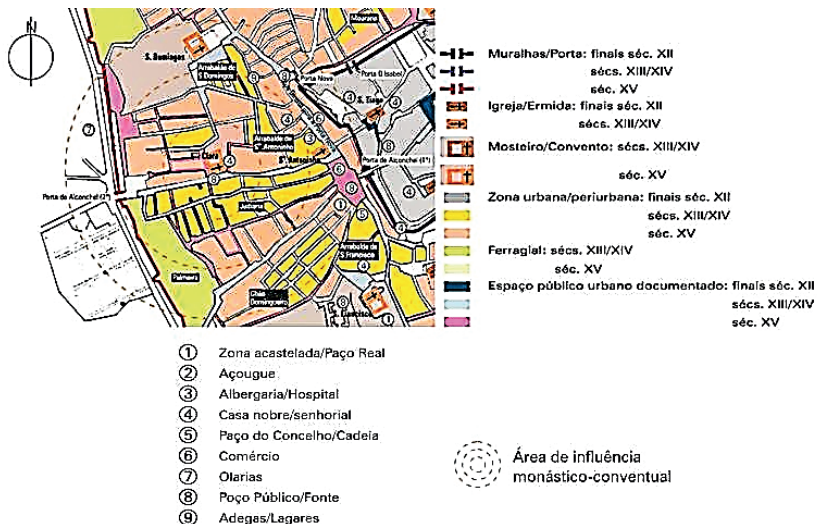


Fig. 21 - Mosteiro de Santa Clara. Proposta de reconstituição da evolução urbana da envolvente, sobre planta da cidade do séc. XIX.

Fonte: Filomena Monteiro.

Este mosteiro de Clarissas possuiu, inicialmente, um património muito parco, quando foi habitado pelas primeiras monjas, no ano de 1459. Contudo, o seu poder económico avolumou-se com muitos dos bens para aqui transferidos quando o Convento de S. Francisco de Évora, em 1513, se reformou na “regular observância”. Por sua vez, quando o Mosteiro de Santa Clara passou da claustra à observância, em 1535<sup>14</sup>, veio a tomar posse dos restantes bens, que tinham revertido do Convento de S. Francisco, aumentando assim novamente, e consideravelmente, o seu património<sup>15</sup>.

Os votos de pobreza, obediência e castidade professados pelas monjas clarissas, a par da clausura, foram valores fundamentais para genericamente se estruturar, e desenvolver, a vida nesta comunidade religiosa em meio urbano.

O espaço reduzido que esta casa monástica inicialmente ocupou influenciou contudo, sobremaneira todo o espaço envolvente pois foi justificativo para desestruturar todo um antigo e importante eixo radial de circulação interior, truncado para viabilizar um diminuto aumento na área da cerca monástica.

14 Cf. Fialho, Pe. Manuel. Évora..., ob. cit. (p. 317).

15 De tal riqueza é testemunho o facto de, em 1536, já existirem pagamentos efetuados pelas religiosas para obterem o abastecimento de água a partir do Aqueduto da Água da Prata, assim como de, em 1538, ter sido lavrada escritura para se processar o entubamento da água através da Rua de Alconchel até ao mosteiro, obra que não foi concretizada.



Figs. 22 e 23 - Mosteiro de Santa Clara. Planta do piso térreo do antigo mosteiro, com identificação das ligações deste, com os arruamentos circundantes. Vistas dos acessos ao conjunto monástico.

Fontes: bases Monumentos.pt. C.M.E. Autoras.

Com a ampliação do espaço, as condições do mosteiro foram melhoradas permitindo uma área livre complementar. Foi contudo esta a única casa religiosa eborense que se permitiu concretizar uma intervenção tão marcante no espaço público, condicionando-o até hoje.

Este quarto complexo religioso fundado na cidade de Évora, e pertencente à Ordem Segunda Franciscana, foi localizado no quadrante Noroeste da urbe, zona já ocupada por um convento da Ordem Primeira Franciscana. A distância retilínea que separava as igrejas do Mosteiro de Santa Clara da do Convento de S. Domingos era de pouco mais de 200 metros, e da do Convento de S. Francisco de aproximadamente 350 metros, noutra zona da cidade.

O espaço cedido à Ordem para esta se instalar seria muito limitado, considerando que alguns anos após foram adquiridas mais construções para alargamento do mosteiro<sup>16</sup>. Daqui igualmente se deduz que a zona estaria já bastante construída, considerando que em ambas as situações se adquiriram construções, a serem adaptadas ou demolidas, e não terreno livre onde se pudesse mais livremente implantar o complexo monástico.

À época da fundação, o local escolhido para o primeiro mosteiro feminino fundado de raiz na cidade de Évora era área em franco desenvolvimento. Na realidade, o mosteiro instalou-se em construções situadas a Norte da Rua de Alconchel, verdadeiro eixo de circulação em franco desenvolvimento a partir do século XV. Tal facto é-nos confirmado não só pelo grande número de referências em documentos a tal arruamento, a partir desse século, mas também por ter sido a Porta de Alconchel a representada em lugar de relevo

<sup>16</sup> Em 1485, quando da primeira fase de construção, verificaram-se grandes alterações na antiga Rua do Gaio, denotando a existência de uma área já bem definida por arruamentos. Passados nove anos, em 1494, o mosteiro adquire casas “que ficão dentro em o Convento na Rua da Carta Velha”. Tal arruamento, que em 1571 corre ao longo da portaria de Santa Clara, é designado já por Travessa da Carta Velha. Em 1513 e 1527 novamente são adquiridas casas, desta vez para a constituição da cerca monástica, que se desenvolveu para noroeste do conjunto progressivamente edificado. Em 1536 é referido “pedaço de chão que foy tavessa que estaa a entrada da Rua das banhas nas costas do mosteiro de Santa Clara”. Sobre o assunto: Carvalho, Afonso. *Da Toponímia...*, ob. cit., vol. I. (p. 143).



quando da realização da iluminura que ilustra a capa do foral manuelino da cidade. Do lado Sul do mosteiro situar-se-ia, no ano de 1470, a Rua do Gaio<sup>17</sup>, via estruturante de toda uma zona e que desembocava para nascente, na Rua Ancha, junto ao terreiro de uma ermida de evocação de Santo António o eremita, designada à data por Ermida de Santo Antoninho<sup>18</sup>.

A portaria desta casa monástica aberta em direção a poente situava-se num arruamento que fazia a ligação natural entre o convento, mais antigo, de S. Domingos, distanciado deste pouco mais de escassos cem metros. A Rua de S. Domingos, parte da Rua da Carta Velha e a Rua de Santa Clara, com um pequeno terreiro defronte à portaria, foram a consolidação de tal percurso, que naturalmente sofreu acertos ao longo dos séculos [figs. 22 e 23]. O percurso natural em direção ao Convento de S. Francisco, distanciado cerca de trezentos metros, era interrompido, nos anos iniciais da fundação de Santa Clara, pela judiaria, mais ampla ou reduzida de acordo com a época política, mas sempre espaço diferenciado na malha urbana. Após a conversão forçada ao cristianismo e a abertura das portas da judiaria anteriormente cerradas, muitos foram os cristãos velhos que ocuparam as inúmeras habitações abandonadas por morte ou debandada dos seus residentes.

A Rua do Raimundo, limite Sul da referida área, com a conclusão da cerca nova e a inclusão do então denominado Buraco do Raimundo tornou-se eixo de circulação que progressivamente foi ganhando importância a partir do século XV<sup>19</sup>. Em Évora, a casa das clarissas terá optado por obter o sempre tão almejado espaço livre adquirindo casas, reformulando o traçado de arruamentos e constituindo assim uma cerca, inequivocamente pequena, o que demonstra os condicionamentos desde o início existentes na zona de instalação<sup>20</sup>.

Tendo sido o primeiro mosteiro feminino institucionalmente fundado de raiz no núcleo urbano de Évora foi, desde o início, refúgio espiritual de diversas aristocratas que encontravam neste espaço condições de proteção e de recolhimento espiritual anteriormente inexistentes na urbe. O solar dos Lobos e o palácio dos Mendanhas foram duas das antigas casas de famílias poderosas que se instalaram na proximidade da casa monástica das clarissas.

Ao longo dos séculos sucessivos acessos foram abertos a partir do Mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara para alguns dos arruamentos circundantes (Ruas Serpa Pinto, de St<sup>a</sup>. Clara, da Carta Velha, de Alfeirão, Travessas dos Beguinos e da Milheira).

---

17 "...na Rua do gayo que ora he nas costas de santa crara e onde vyve Jorge de Resende..." permitindo-nos perceber que Santa Clara se situaria em 1470 entre a Rua de Alconchel e a Rua do Gaio, ambos arruamentos muito significativos no urbanismo medievo. De referir que Jorge de Resende, citado no documento transcrito poderia ter sido familiar de Garcia de Resende, que nasceu em Évora por volta do ano de 1470, tendo servido, como cronista, D. João II, o príncipe D. Afonso e D. Manuel I. Cf. Carvalho, Afonso de. *Da Toponímia...*, ob. cit., vol. I. (p. 133).

18 Desta ermida resta hoje, no altar da Igreja de Santo Antão, apenas belíssima lápide representando os apóstolos, e que possui como elemento central a cruz dos templários.

19 Só em 1487 é que é proposto o calcetamento da referida rua, demonstrando a sua até então pouca importância no conjunto urbano.

20 Não obstante, tal mosteiro foi recolhimento de membros da nobreza, como por exemplo de D. Joana, filha de D. Henrique IV de Castela e noiva do rei português D. Afonso VI.

A escassez de terrenos disponíveis no Mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara está patente no volume construtivo da capela-mor, a qual foi ampliada sobre um arruamento pré-existente, a Travessa da Milheira. A estreiteza desta antiga via que faz a ligação entre as Ruas Serpa Pinto e a dos Caldeireiros é notória.

Das torres deste mosteiro feminino podiam vislumbrar-se quer a judiaria, que ficava anexa ao mesmo, como também o conjunto do Convento de S. Francisco.



Figs. 24 e 25 - Mosteiro de Santa Clara. Vista do exterior do conjunto e do claustro do mosteiro. Fonte: autoras.

Como contraponto à sumptuosidade interior do mosteiro, o claustro facultava às monjas de St<sup>a</sup>. Clara um espaço de lazer e oração, complementado pelas longas alas que ainda hoje circundam o claustro [fig. 24 e 25]. O limite físico e visual que este espaço impunha foi ultrapassado, mesmo sob clausura, com a edificação de torres de fresco que de acordo com o posicionamento do sol permitiam ver, e mesmo serem vistas a partir do exterior.

A construção de torres de fresco foi no Mosteiro de Santa Clara notória: edificaram-se três torres de dimensão acentuada permitindo serem utilizadas por um número considerável de religiosas. As pinturas executadas por essas monjas, e ainda visíveis em algumas das paredes interiores, demonstram a utilização regular e prolongada desses espaços. De todas elas abarca-se uma visão notável sobre a área urbana envolvente, nomeadamente sobre a antiga Judiaria e restantes casas religiosas da cidade. Situado anexo à primitiva porta lateral da igreja existe um poço que se inseria no antigo terreiro público da igreja de St<sup>a</sup>. Clara, situado na atual Rua Serpa Pinto (antiga Rua de Alconchel). Interiormente, o espaço de clausura é ainda patente através da grade entre o coro baixo e a nave da igreja aberta à população e cuja entrada se localiza muito perto da Judiaria de Évora [figs. 26 a 32].



Figs. 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32 - Mosteiro de Santa Clara. Vistas do claustro maior e do menor, de pinturas nas paredes das torres de fresco, do interior de uma das torres, do antigo poço, da grade da clausura e pormenor das pinturas existentes no coro baixo. Fonte: autoras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Convento de S. Domingos devido a ter-se posicionado no quadrante noroeste da urbe, local mais protegido das investidas mouriscas que teoricamente partiriam de sul e este, e da construção do segundo círculo de muralhas se ter iniciado pela zona norte, área mais desprotegida por parte do castelo primitivo, garantiu maior abrigo aos frades dominicanos.

Este núcleo de religiosos, através do saber e dos dotes oratórios, mas também da bondade de alguns deles, terá cativado a população, à fixação na área envolvente a esta casa religiosa. O volume de bens sucessivamente recebidos pela instituição, e que tinham de ser administrados, gerou uma economia que permitiu trabalho e sustento de alguma da população local. A fixação urbana em redor do cenóbio aconteceu de modo progressivo, bem como a constituição de eixos comerciais paralelos onde atividades específicas se foram instalando.

O Convento de S. Domingos terá contribuído para a formação e posterior consolidação de malha urbana, assim como para a localização pontual de casas de algumas das famílias mais importantes da cidade. O Mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara, sendo o quarto complexo religioso fundado na cidade de Évora, e pertencente à Ordem Segunda Franciscana, foi localizado igualmente no quadrante sudoeste da urbe, zona onde já existia o de S. Domingos.

A distância retilínea que separava a igreja de Santa Clara da de S. Domingos (hoje já demolida) era de pouco mais de 200 metros, e da de S. Francisco (casa-mãe do de St<sup>a</sup>. Clara) aproximadamente 350 metros. O Mosteiro de St<sup>a</sup> Clara inseriu-se em espaço urbano já fortemente condicionado, contribuindo para a sua densificação. A sua principal ampliação deveu-se à reformulação de importante artéria, a antiga Rua do Gaio, seccionando-a e desestruturando parte do tecido urbano envolvente.

Pode-se concluir que a implantação das casas religiosas em geral, e no caso presente dos dois conjuntos estudados, o Convento de S. Domingos e o Mosteiro de St<sup>a</sup>. Clara foram determinantes para o desenvolvimento económico e urbanístico do quadrante noroeste de Évora, tendo contribuído com a densificação de malha urbana, reforço dos eixos de circulação principais, a toponímia gerada pela sua implantação, e existência de vestígios patrimoniais pontuais do Convento de S. Domingos e de monta relativamente ao Mosteiro de St<sup>a</sup> Clara.

De salientar a Rua de S. Domingos que se inicia na antiga Praça de D. Pedro (atual Praça Joaquim António de Aguiar) e termina na Rua de Santa Clara. Esta principia na antiga Rua de Alconchel (atual Rua Serpa Pinto) e termina na Rua da Carta Velha. Registam permanências da ligação entre as duas casas religiosas, embora de ordens e géneros distintos. Esta toponímia poderia ser classificada como património imaterial da cidade, já que regista a existência e continuidade das casas religiosas ao longo do tempo, mantendo-se até à atualidade, bem como a malha urbana a que deram origem.

Esta ocupação de território teve grande influência no desenvolvimento do espaço envolvente, contribuindo para o crescimento coeso da cidade, e posteriormente para o urbanismo resultante, em parte, da implantação destas casas religiosas.

As duas construções deixaram marca na configuração urbana da cidade, que até hoje ainda se mantém, apesar de qualquer destes espaços ter sido utilizado, após a exclausuração das ordens religiosas, de forma muito distinta daquela para a qual tinham sido concebidos.

## REFERÊNCIAS

Almeida, Fortunato de. (1967). *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vols. I-IV. Porto: Editora Portucalense.

Carvalho, Afonso de. (2004). *Da Toponímia de Évora, dos meados do século XII a finais do século XIV*, vol. I. Lisboa: Editora Colibri.

Carvalho, Afonso de. (2007). *Da Toponímia de Évora, século XV*, vol. II. Lisboa: Editora Colibri.

Fialho, Pe. Manuel. (1945). *Évora Ilustrada*. [manuscrito, datado 1707-1711, de FIALHO, Pe. Manuel, Évora Cidade de Portugal Ilustrada, B.P.E: vol. I, cód. CXXX / 1-8; vol. II, CXXX / 1-9; vol. III, CXXX / 1-10; vol. IV, CXXX / 1-V]. Évora: Editora Nazareth & Filho.

Santos, Júlio Eduardo dos. (1925). *S. Francisco de Assis, Versão dos seus Poemas e Opúsculos, acompanhada de notas e de um Bosquejo da Vida, Obra e Ideal do Poverello*. Lisboa: Editora Ottosgrafica.

**A**

Arquitetura 1, 14, 41, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 64, 65, 66, 67, 72, 89, 90

Arquitetura escolar 67, 72

Arquitetura hospitalar 53, 64

Arquitetura moderna 53, 54, 55, 56, 58, 64, 65, 66

Assentamentos precários 40, 41, 48, 51, 52

**B**

Barbalha 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Bibliotecas escolares 67, 68, 69, 71, 74, 75, 77, 86, 88, 89

**C**

Carto-iconografia 15

Construção sustentável 67

Containers marítimos 67, 69

Convento de São Domingos 14, 18

Crajobar 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39

Crato 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39

Cubatão 40, 41, 42, 43, 49, 51, 52

**E**

Emil Bered 53, 54, 55, 57, 58, 59, 64, 66

Evolution 1, 2, 3, 15, 40, 54

Évora 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

**F**

Faculdade de Odontologia da UFRGS 53, 57, 64

Future 1, 11, 12, 13, 54

**J**

Juazeiro do Norte 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39

**L**

LEED 86, 89

**M**

Mobilidade urbana 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39

Mosteiro de Santa Clara 14, 22, 23, 24, 26, 27

**N**

NZEB 67, 68, 69

**O**

Objetivos de desenvolvimento sustentável 67, 69, 75, 86, 89

**P**

Património 15, 21, 23, 28

Política nacional de mobilidade urbana 29, 33, 36

Políticas públicas 29, 30, 31, 36, 37, 38

Porto Alegre 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 64, 65, 66

Portugal 1, 5, 10, 13, 14, 15, 16, 18, 28

Programa de recuperação socioambiental da Serra do Mar 40, 41, 49, 51, 52

Projeto 36, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 65, 69, 72, 74, 75, 77, 86, 87

**R**

Recuperação ambiental 40, 51

Rio Grande do Sul 38, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 64, 65, 66, 90

Risco de escorregamento 40, 43

**S**

Serra de Cubatão 42, 43, 49, 51, 52

Setúbal 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13

Sustentabilidade 39, 67, 86

**T**

Tecido urbano 2, 14, 28, 32, 56

**U**

UNESCO 8

Urban fabric 1, 2, 5, 15

Urbanismo 14, 15, 25, 28, 41, 53, 66, 90

Urbanização de favelas 40, 42

Urban morphology 1, 3, 4, 6, 7, 10



# ARQUITETURA E URBANISMO EM EVOLUÇÃO

TENDÊNCIAS E DESAFIOS

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

2



# ARQUITETURA E URBANISMO EM EVOLUÇÃO

TENDÊNCIAS E DESAFIOS

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

2